

TRANSCRIÇÃO DO PODCAST VOX - EPISÓDIO 6 - PARTE 2 - DEFESA DOS ANIMAIS

SR. ALEX LANZA: Você está ouvindo o Vox e hoje estamos conversando com a promotora de Justiça Luciana Imaculada de Paula, coordenadora estadual de Defesa da Fauna, e Adriana Araújo, coordenadora do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais. Como tem sido o trabalho do Ministério Público de Minas, promotora Luciana, no combate às rinhas de galo, e como se dá a reabilitação desses animais? E ainda dentro que essa pergunta, houve recentemente alguma mudança significativa na legislação?

SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA: Então, a legislação estadual, a Lei 22.283, ela estabelece que colocar animais da mesma espécie ou de espécies diferentes para combate é considerado maus-tratos. Mas nós precisamos também nos lembrar do momento da criação e da preparação desses animais para o combate. Muitas vezes, essa criação, ela destina-se justamente a preparar aquele animal, fortalecer uma parte do seu corpo e isso não ocorre sem que lhe sejam infringidos muitos maus-tratos. Então, nós precisamos pensar, tanto no momento do combate quanto no momento que o antecede, na criação dos animais, enfim. É entendimento nosso de que essa conduta, essas condutas, elas configuram maus-tratos contra os animais. Então, a Cedef tem atuado em parceria com os agentes fiscalizadores, tanto da Polícia Militar de Meio Ambiente como da Semad, a Subsecretaria de Fiscalização, em suporte a essas ações de combate às rinhas. Existia um gargalo grande, que é a destinação desses animais. Porque esses animais, como eu disse, eles foram criados em uma sistema que valoriza a sua agressividade ou que induza a agressividade do animal. Então, a apreensão desse animal, o transporte desse animal e a destinação eram questões difíceis para uma atuação mais profícua ao combate das rinhas. Pensando nesse dificultador, nós propusemos ao Centro Universitário de Formiga, UNIFOR-MG, um projeto de reabilitação dos galos de rinha. E o Prof. Dênio Garcia, ele criou uma metodologia que agora já testada por mais de dois anos demonstrou-se eficiente para reabilitar esses animais. Esses animais, com alguns meses de curso, como a gente brinca, que chama de curso, eles já estão aptos ao convívio social e depois eles são adotados por produtores, pequenos produtores rurais que são indicados pela Emater. Hoje, o projeto de reabilitação, ele já foi replicado também em Uberaba, uma parceria com a Uniube, através do Prof. Cláudio Yudi. E também, Alex, nós tivemos uma disciplina na UFMG na Escola de Zootecnia para que

fossem estabelecidas tecnicamente essas estratégias de manejo dos animais, do transporte, da reabilitação e depois até da adoção desses animais, para que nós pudéssemos compartilhar com outras partes do estado e até com outros estados da Federação que nos solicitam esclarecimento a respeito desse projeto, que é inédito no Brasil. E aí você pergunta se houve recentemente alguma mudança na legislação. Na verdade, houve uma decisão muito importante do Supremo Tribunal Federal, poucos dias atrás, por meio da qual tornou proibido o abate dos animais apreendidos em fiscalização. Então, antes essa era uma prática recorrente, justificada aí pela dificuldade de destinação desses animais. Essa decisão, então, proíbe, proíbe essa estratégia de abate do animal. E felizmente, Minas Gerais hoje, né? Por iniciativa da Cedef, com os valorosos parceiros que eu já citei, ela possibilita a reabilitação desses animais e possivelmente aí uma vida mais feliz, até o tempo que lhes resta.

SRA. ADRIANA ARAÚJO: Eu quero falar que há muitos anos, antes de ser criada a Cedef, era recorrente a Polícia Ambiental se reportar ao Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais para que a gente recebesse esses galos explorados em rinhas. E a alternativa era encaminhá-los para creches e asilos. E aí eu perguntei: Mas por que para creches e asilos? Eles falaram: "Para transformar em sopa". Era isso, eram transformados em sopa. Então, quantos galos tiveram esse destino. A partir do momento que se criou o Gedef que depois se emancipou para Cedef, eles mudaram completamente essa realidade e estão expandindo essa cultura por Minas Gerais. Já tem mais de uma unidade, a doutora acabou de colocar para nós. Agora, tão importante quanto isso é a população despertar sua consciência para o absurdo dessa prática, que ainda é muito comum em Minas Gerais, e exercer a sua cidadania denunciando, não cabe mais. Mineiras e mineiros em todos os rincões de Minas, se depararem, saberem que há rinhas não só de galos mas também de canários mas também de cachorros, pitbulls principalmente, e verem isso com naturalidade. Isso é inadmissível, a população não pode ser conivente com essa barbárie, que nos desumaniza, que nos violenta, que nos embrutece. Como bem foi dito anteriormente pela Dra. Luciana Imaculada, nós temos a Teoria do Elo ou a Teoria do Link, que fala sobre insensibilidade do ser humano com os animais, a promoção da violência contra os animais [ininteligível] humanos, acaba refletindo também nos vulneráveis da nossa espécie.

SR. ALEX LANZA: Tráfico de animais silvestres, como se dá a atuação do Ministério Público, promotora de Justiça Luciana? Eu ainda pergunto se as punições hoje são eficientes ou a legislação precisa passar por uma reforma, uma melhoria?

SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA: De fato, existe uma necessidade de aprimoramento da legislação, pois, hoje, o tipo penal do art. 29, ele pune com a mesma pena aquele que transporta,

captura um animal com aquela pessoa que tem o animal na sua residência. Mal comparando, seria como punir o traficante com a mesma pena do usuário. Então, há a necessidade de um aprimoramento na legislação para que haja uma punição efetiva para aquelas condutas que são mais gravosas, né? Nós estamos pensando aqui principalmente em traficantes de animais, pessoas que retiram grandes quantidades de animais da natureza e causam aí prejuízos, tanto ao bem-estar desses animais como também ao ecossistema. Não obstante essa necessidade, a coordenadoria tem feito um esforço junto aos órgãos de estado. Nós temos um grupo de trabalho formado pela Polícia Militar de Meio Ambiente, a Polícia Civil, o IEF, o Ibama, a Semad, a Polícia Rodoviária Federal. Nós atuamos estrategicamente naqueles casos que chamam mais atenção, aqueles alvos que nós sabemos que fazem desse tráfico o seu meio de vida e temos feito um trabalho conjunto no combate ao tráfico de animais silvestres, pensando também em crimes associados, como os maus-tratos aos animais, que inevitavelmente eles estão presentes, pensando também em crimes contra a órgão econômica e tributária, geralmente estão associados também à falsificação de selos públicos, como as anilhas, e também a formação de quadrilha ou bando. Dessa forma, nós temos tido casos de sucesso em que houve a identificação e também o desmantelamento de quadrilhas que atuavam especificamente contra tráfico de animais silvestres.

SR. ALEX LANZA: Como é que a atuação do Movimento Mineiro em relação ao tráfico de animais?

SRA. ADRIANA ARAÚJO: Não chega com tanta frequência para nós, diretamente, mas nós sabemos, como eu disse há pouco, que Minas Gerais está na rota, está no coração do tráfico de silvestres. Importante destacar também que são os três maiores tráficos no mundo: tráfico de silvestres, tráfico de armas e tráfico de drogas. Então, um e outro podem eventualmente estarem associados. Outro destaque também que eu gostaria de colocar é que a cada dez animais sequestrados da natureza, somente um sobrevive. E mais uma vez destacar a importância da construção de outras culturas, do investimento continuado na educação da população para um outro olhar em relação a esses animais. Porque só existe o traficante, só existe o comércio porque tem quem financie, né? Tem quem financie. E também exaltar, enfatizar o fundamental trabalho integrado de todos esses órgãos, uma vez que não só existe a corresponsabilidade constitucional mas também na prática, cada um, por mais empenhado que esteja, por maior que seja sua competência, ele não consegue abarcar todas as demandas. Então, há uma logística que determina a obrigatoriedade da integração, do trabalho integrado de todos esses órgãos, né? E aí aproveitar, Dra. Luciana Imaculada, nós estamos no período do PPAG, que é o Plano Plurianual Governamental, que determina, que destina orçamento público para as diversas demandas, e aí no caso presente para os

animais não humanos, é fundamental que o Corpo de Bombeiros, que a Polícia Ambiental, que o IEF, sejam estruturados com a quantidade e a diversidade de equipamentos suficientes e necessários para que possam agir, assim como a capacitação contínua e integrada de todos esses agentes em favor da fauna, dos animais, o termo que a gente tem usado, não domésticos mas também silvestres e também os cavalos.

SR. ALEX LANZA: Quando estávamos conversando com a promotora Luciana a respeito desse podcast, ela citou um termo que eu até destaquei nas minhas anotações, achei muito interessante, gostaria que vocês falassem a respeito, que é o especismo. Queria que a promotora começasse explicando esse termo para o nosso ouvinte.

SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA: Então, é um tema que não é novo, né? Gary Francione já falava do especismo, ele falava que havia uma esquizofrenia especista, na verdade, né? Porque a mesma pessoa que tem um cachorro dentro da sua família, que ela considera como interrogante da sua família multiespécie, que dorme na mesma cama que essa pessoa, essa pessoa, ela também come espécies animais, ela veste espécies animais. Ou seja, nós colocamos na nossa esfera de consideração moral algumas espécies e esquecemos completamente de outras espécies que também vivenciam os mesmos sentimentos. A Declaração de Cambridge, ela nos assegura que os animais, os vertebrados e algumas espécie também, como polvos, elas partilham conosco sentimentos, como sofrimento, como alegria. E essa é uma verdade sobre a qual nós não podemos mais alegar ignorância, né? Então, é muito importante que nós tenhamos como objeto de consideração todas as espécies animais. A nossa Constituição Federal, ela protege todas as espécies da fauna, sejam elas domésticas, sejam elas silvestres, exóticas ou da fauna brasileira. Então, fica aí uma questão para nossa reflexão: por que protegemos tanto alguns animais e nos esquecemos de outras espécies, que são às vezes até mais inteligentes que aquelas espécies com as quais nós convivemos. Eu vou dar um exemplo aqui de uma espécie que é muito maltratada: os porcos, por exemplo, eles têm um nível de inteligência superior ao dos cachorros, né? Alguns trabalhos indicam isso. E nós, de fato, preferimos ignorar aquilo que ocorre dentro das granjas, dentro das celas de gestação. Eu não tenho dúvida que os animais usados pelos seres humanos para a produção de alimentos são os mais maltratados, né? Então, que fique aqui para a nossa reflexão e também nossa nos influenciar nas tomadas de decisão que nós tenhamos aí pela frente.

SR. ALEX LANZA: Opinião da Adriana.

SRA. ADRIANA ARAÚJO: Falar de especismo é ir na raiz do que nos move, né? Eu que sou vegana, foi um dos primeiros termos que eu aprendi. E somos chamados de radicais, somos mesmo,

porque a gente vai na raiz, na realidade, sem esse capitalismo que nós cega, que nos corrompe, que nos manipula principalmente. E a gente tem nos nossos estudos, nas nossa conversas dos movimentos de proteção animal, que amor é esse, que ama uns e come e explora outros? Que amor é esse que ama cão e gato, mas vai para um rodeio, para uma vaquejada? Que amor é esse que protege, que ama, que exalta, que abriga, que acolhe um cão e um gato, mas devora um porco sobre a mesa, né? O animal mais explorado aí da culinária mineira, e aí tem vários outros, mas eu vou me ater aqui aos porcos, que são os animais que mais relutam. Quem já visitou um abatedouro, quem vive na zona rural sabe do que eu estou falando. São os animais que mais gritam, que lutam pela vida até o último instante. E aí queria falar de uma frase da Clarice Lispector sobre a questão da humanização. A gente está falando de especismo, eu tomo a liberdade falar um pouco sobre isso, também a questão da humanização, que eu acho que é muito prejudicial, né? Os animais não humanos, eles não querem ser tratados como humanos, eles querem ser tratados como a espécie deles determina, as condições de bem-estar. Então, a Clarice Lispector falou uma vez, e eu me identifiquei muito com ela: "Eu não humanizo os animais, eu que me animalizo". E aí lembrar que especismo, primeiramente, lembrar que nós também somos animais. Nós somos animais humanos. Por que gente acha que tem o direito de fazer o que fazemos com outras espécies? E aí eu trago também um outro conceito que eu acho muito importante, que é o ecocentrismo, contrapondo o antropocentrismo, em que a gente arrogantemente se colocou no topo da pirâmide, criou uma pirâmide, nos colocando acima de todos os outros seres que constituem o planeta, não só animais não humanos mas também as águas, né? Nós estamos vivenciando aí uma crise hídrica. As matas. Lembrando que nós somos apenas mais um componente do planeta chamado Terra.

SR. ALEX LANZA: Falando sobre veículos de tração animal, o Ministério Público tem uma atuação muito forte nessa questão e está prestes a lançar um projeto piloto em Ibirité, na região metropolitana de Belo Horizonte, que visa a regulamentação da atividade e a implantação de políticas públicas que assegurem a segurança da atividade em condições de bem-estar para os animais. Pode nos dar mais detalhes desse projeto, promotora?

SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA: Nós fizemos um diagnóstico em 18 municípios na região metropolitana e um trabalho conjunto da Cedef com a Central de Apoio Técnico do Ministério Público, a Ceat, e em os 18 municípios visitados nós observamos que a totalidade desses municípios, na ocasião, não haviam ainda regulamentado a atividade e não tinham uma política pública para evitar os maus-tratos e garantir a segurança do trânsito. E um dado chocante desse diagnóstico foi constatar que dos 400 animais, cerca de 400 animais avistados durante as diligências, foram 18 municípios,

apenas 1 tinha condição nutricional considerada adequada, todos os demais desfrutavam de condições físicas ruins. Muitos animais foram flagrados carregando peso muito superior às suas forças e muitos deles assim com lesões físicas. Então, foi um trabalho, assim, que nos deixou muito consternados. E para fazer frente a essas informações, os promotores de Justiça receberam seus relatórios, a coordenadoria também disponibilizou material de apoio. Adicionalmente, agora, nós estamos trabalhando junto com a Dra. Monique Mosca, uma promotora de Justiça muito atuante na defesa dos animais na comarca de Ibitité, em parceria com o município, visando não só a regulamentação da atividade, conforme determina o Código de Trânsito Brasileiro, o emplacamento das carroças mas também implantação de políticas públicas de acolhimento dos animais que são usados no serviço de tração animal. Parte dessa ideia também surge a partir da uma ação que foi realizada aqui em Belo Horizonte, junto com o Dr. Júlio César, da 15ª Promotoria, e o município de Belo Horizonte, que culminou na celebração de um termo de acordo que resultou, então, na criação de um abrigo público municipal para acolhimento dos equídeos e agora com ações subsequentes, o emplacamento das carroças através da BH Trans e a microchipagem dos animais, o licenciamento desses animais, que eventualmente tenham condições físicas de executar esse trabalho. Fato é que dentro do município de Belo Horizonte hoje há uma legislação que impõe o findar dessa atividade em dez anos, há uma tendência aos municípios de grande porte proibirem essa atividade, como é o caso de Juiz de Fora, que recentemente também aprovou uma legislação, e a legislação já está em vigor, porque há estudos que demonstram que o meio ambiente urbano por si só, ele não é adequado para os equídeos. Esses animais, eles não são adequados à vivência urbana. Só de estar no meio urbano atrelado a uma carroça, ainda que esteja sendo adequadamente manejado, esse animal não desfruta de condições favoráveis de bem-estar. Então, o ideal é que esses veículos de tração animal, eles não sejam admitidos nas cidades, tendo em vista a quase impossibilidade de se assegurar que esses animais desfrutem de condições mínimas de bem-estar. Caso isso não seja possível, nós temos aí poucos municípios que proíbem, então, nós precisamos instar os municípios a regulamentar essa atividade, conforme determina o Código Brasileiro de Trânsito, e também que esses municípios se estruturarem para acolher aqueles animais que eventualmente forem apreendidos em situação de maus-tratos, aqueles animais que forem abandonados e também aqueles animais não puderem mais trabalhar. A maioria dos municípios não dispõe dessas estruturas. Então, esse é o nosso objetivo, tornar a atividade, quando a atividade for permitida, torná-la mais segura aos animais e também aos seres humanos.

SR. ALEX LANZA: Adriana, mais uma vez um tema que requer uma mudança cultural muito complexa, né?

SRA. ADRIANA ARAÚJO: Com certeza, animais explorados para tração é uma das nossas Pautas mais importantes, de longa data. E a gente vem ao longo desses anos investindo na mudança da consciência da população, estimulando para que não haja contratação desses serviços, não só da carroça mas também da charrete, né? Petrópolis já proibiu as charretes para o meio turístico e dez capitais brasileiras já proibiram as carroças no meio urbano. Como bem a Dra. Luciana Imaculada falou, esse espaço é de forma alguma adequado para acolher um animal como esse, que precisa para ter as suas cinco liberdades garantidas, o seu bem-estar, ele precisa do campo, ele precisa de espaço para correr, né? E aí mais uma vez a minha chamada: o que você financia quando escolhe contratar uma carroça? Belo Horizonte, infelizmente, completa quase 11 anos descumprindo a lei que regulamenta essa prática, que no passado, foram... já vão aí 20 anos desde que a gente propôs a proibição e não conseguimos naquela época. O Ministério Público caminha com a gente fortemente pressionando para que essa lei seja cumprida, no processo de transição para a libertação definitiva desses cavalos. E aí de tudo e muito o que precisa ser feito, recentemente, foi disponibilizado o abrigo, que é um dos pilares sustentadores desse processo de transição, mas nós precisamos urgentemente saber efetivamente, afinal de contas, quantos cavalos existem em Belo Horizonte, na região metropolitana, quantos carroceiros e quantas carroças. São esses três dados que são fundamentais para que a gente possa avançar nesse processo de libertação dos cavalos em Belo Horizonte e sirva de exemplo para estimular o interior. Uma vez que aqui é capital de Minas Gerais, nós temos a obrigação de ser referência nas políticas públicas de proteção animal, de cães, gatos, cavalos, silvestres, enfim.

SR. ALEX LANZA: Falamos aí de diversos temas ligados aos direitos dos animais. Agora eu deixo o espaço aberto para as considerações finais da promotora de Justiça Luciana Imaculada de Paula e da Adriana Araújo.

SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA: Então, Alex, eu gostaria de agradecer pela oportunidade de ocupar esse espaço aqui no Vox, um espaço importante do Ministério Público de Minas Gerais, e poder falar da defesa dos animais, da atuação da Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna do Ministério Público de Minas Gerais, que é uma estrutura única e inédita no Ministério Público brasileiro e que tem se dedicado junto com os promotores de Justiça, junto com o movimento de proteção dos animais, os outros órgãos públicos incumbidos da defesa dos animais também, a construir um mundo menos hostil aos animais. É um desafio, é uma responsabilidade muito grande falar por eles, falar por aqueles que não têm voz, que embora tentem e façam isso da melhor forma, eles não conseguem de forma eficiente defender seus próprios interesses. Eu sinto o peso dessa responsabilidade e sei que a coordenadoria tem se esforçado a

realizar essa missão que pesa sobre si. Não poderia deixar aqui de agradecer aos promotores de Justiça que atuam conosco, aos servidores da coordenadoria, aos estagiários e também às promotoras de Justiça que cooperam na coordenadoria, Dra. Anelisa Cardoso Ribeiro, Dra. Monique Mosca Gonçalves e Dra. Lílian Marotta, que têm tornado essa missão muito mais agradável, essa caminhada muito mais agradável. Agradeço ao Dr. Carlos Eduardo, coordenador do Caoma, ao Dr. Jarbas, que tem dado suporte à coordenadoria, tem estruturado e nos dado condição de prosseguir nessa tão importante missão que nós encaramos com a maior responsabilidade. Muito obrigada.

SRA. ADRIANA ARAÚJO: É com grande satisfação que eu lembro quando o Dr. Luciano Badini nos chamou, enquanto Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, falando que a gente estava dando trabalho demais para o Ministério Público, tamanha a quantidade e diversidade de demandas que a gente trazia. E aí precisava se estruturar um órgão que acolhesse, com a competência, com a condição de atender tudo o que estava chegando. E aí ele nos deu a grata satisfação de criar o Gedef, Grupo Especial de Defesa da Fauna, e nos deu a notícia que tinha uma promotora vocacionada chamada Luciano Imaculada. Esse ser de luz, que hoje em dia é uma grande parceira e que eu, enquanto coordenadora do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, um movimento que foi criado há quase 20 anos, com a principal característica de integrar, de estimular, de envolver todos os seguimentos da sociedade para criar leis e políticas públicas de proteção animais, hoje em dia, a gente não consegue se enxergar sem ter a Dra. Luciana Imaculada e a Cedef para poder avançar nos trabalhos.

Eu gostaria de elencar alguns dos grandes desafios que a gente, atrevida, ousadamente, revolucionariamente, ineditamente, abraçamos e fomos vitoriosas. Uma das primeiras vitórias foi a destinação das aliás, as elefantas Guida e Maia, de Paraguaçu de Minas para o Santuário dos Elefantes inédito no Brasil também, e ele foi inaugurado com essas duas aliás. Nós tivemos também a reabilitação de galos explorados para rinhas, vários casos, né, doutora? A derrubada da 48ª Vaquejada em Governador Valadares, uma das maiores do Brasil, concorrendo, inclusive, com as do Nordeste. A manutenção das capivaras na Lagoa da Pampulha, que durou cinco anos e rendeu muitos e muitos noticiários. Hoje em dia, nós somos referência no Brasil em termos de política pública de manejo ético de capivaras no meio urbano. Também as cobras exploradas absurdamente em um evento que haveria em Inhotim, em comemoração aos dez anos. Eles iriam fazer uma menção ao artista plástico Tunga. E assim que soubemos imediatamente ligamos para a Dra. Luciana Imaculada, ela: "É para já". Então, há um entrosamento muito grande, a gente se completa, a gente na base, ela aqui ocupando o poder público, sendo fiscal da lei e fazendo essa

legislação acontecer, porque não adianta a gente criar leis maravilhosas que não sejam executadas, que fiquem engravatadas. Então, essa é a grande característica para nós, enquanto movimento de proteção animal. O Ministério Público faz valer a legislação, cada vez mais comprometida com os animais não humanos. Teve também os quase 50 pitbulls absurdamente explorados em rinhas na região metropolitana, assim, que chegou essa demanda, por outras vias. O Ministério Público assumiu essa responsabilidade. É importante a gente trazer esse caso também. A denúncia da empresa Granado, que absurdamente usou animais explorados em circo para ilustração dos seus produtos. E eu tenho a grata satisfação de falar que nós, enquanto Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, foi o primeiro desafio nosso, proibimos animais em circos em Belo Horizonte e depois em Minas Gerais. E assim que nos deparamos, então, com essa vitrine toda decorada com animais em circo, fizemos a representação que resultou em R\$ 50 mil que foram destinados para produção da cartilha Animais Não Humanos e para animais silvestres também advindos do sofrimento. Teve também, não poderíamos deixar de esquecer o quão importante foi a atuação da Cedef nos animais vítimas do crime em Mariana e em Brumadinho, um plano emergencial exitoso que destinou toda a força-tarefa para que esses animais fossem acolhidos. Também a ação civil pública contra o comércio de animal no mercado central envolvendo três Promotorias, de Saúde, de Meio Ambiente e de Direito do Consumidor. Cavalos em carroças, como a gente bem colocou. A Cartilha Guarda Responsável: Que Bicho É Esse? Salvo engano, foi um dos primeiros materiais educativos, proporcionando conhecimento para as escolas. E o mais recente, Diálogos Com a Proteção Animal, uma iniciativa maravilhosa que visa capacitar, dar conhecimento para a proteção animal. Foram oito encontros, e eu já estou pedindo à Dra. Luciana Imaculada aqui em primeira mão que o ano que vem a gente continue esse trabalho tão importante. Ah, teve mais um, nós derrubamos dois leilões de cães da Polícia Militar. Foram sete anos de intenso trabalho, aí não poderia deixar de esquecer, Dra. Lílian Marotta, que caminhou de mãos dadas com a Dra. Luciana Imaculada, para que a gente superasse esse desafio. Minas Gerais, a Polícia Militar de Minas Gerais, que tem o seu valor, uma das polícias mais respeitadas do Brasil, não mais leiloa, nem cães, nem cavalos.

SR. ALEX LANZA: Conversamos com a promotora de Justiça Luciana Imaculada de Paula, coordenadora estadual de Defesa da Fauna do MPMG, e com a Adriana Araújo coordenadora do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais. Obrigado, então, e até uma próxima oportunidade.

Ouçã outros episódios do Vox no site do MPMG e nas principais plataformas de streaming. Aproveite para seguir o Ministério Público de Minas Gerais nas redes sociais. Procure por MPMG Oficial no Facebook, no Instagram e no Twitter. Obrigado e até o próximo Vox.